

# O objeto material como documento

Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes

Como é o lugar  
quando ninguém passa por ele?  
Existem as coisas  
sem serem vistas?

[...]

Existe, existe o mundo  
apenas pelo olhar  
que o cria e lhe confere  
espacialidade?

Concretitude das coisas: falácia  
do olho enganador, ouvido falso  
mão que brinca de pegar o não  
e pegando-o concede-lhe  
a ilusão de forma  
e, ilusão maior, a de sentido?

[...]

(Carlos Drumond de Andrade,  
*A suposta existência*)

O tema sobre o qual fui solicitado a discorrer é “Patrimônio cultural como documento”<sup>1</sup>. Falarei, sobretudo, de objetos. Não estou preocupado, inclusive, com definir qualquer noção de patrimônio cultural, porque, para os fins desta exposição, tomo a primeira expressão como equivalente da segunda: patrimônio cultural e documento. São equivalentes, embora não sejam idênticas e nem a equivalência é bi-unívoca, mas não interessa, no momento, discutir onde não se dá a identidade.

Gostaria, inicialmente, de examinar o problema do documento sob oito aspectos diferentes. Primeiro, parto de uma noção provisória – *documento como suporte físico de informação*. A seguir, examinarei a possibilidade de todo suporte físico, praticamente, poder considerar-se documento: qual o critério, então, para que alguns desses suportes físicos sejam considerados documentos, e outros não? O terceiro aspecto seria justamente o documento como suporte de informações de tipo relacional, isto é, sua carga enquanto expressa relações entre os homens. Outro aspecto seria o papel do documento na intermediação entre o observador e outras realidades. O sexto aspecto seria o aparente paradoxo de que no documento se dá um acréscimo do valor de troca, à medida que decresce o valor de uso. Finalmente, duas últimas pequenas questões para terminar. Uma é a inversão do valor de uso e de troca que os documentos podem assumir em certas circunstâncias e outra é o sentido do documento como carga de trabalho acumulado.

A primeira tarefa, portanto, é discutir uma noção que sirva de partida para essa categoria “documento”, dentro da qual eu reflito sobre o próprio problema de patrimônio cultural. Conviria examinar o próprio sentido literal da palavra, pois a etimologia pode ser de algum auxílio.

---

<sup>1</sup> Este texto é a reprodução de uma aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas” organizado pelo IAB/Condephaat em 1980. Foram suprimidas as redundâncias e acrescentadas notas de rodapé, mas manteve-se o tom oral.

A palavra documento tem a mesma raiz latina do verbo *doceo*, que significa *ensinar*. Ensinar, sobretudo, não no sentido de formar, mas no sentido de transmitir informação, de comunicar informação já consolidada. *Documentum*, portanto, significa modelo, no sentido de que esta informação parte de paradigmas pré-fixados. É dessa noção que se desenvolveu a idéia de testemunho, de prova, a idéia de que o documento é um veículo de informação que eu obtenho. É corrente, entre os historiadores, conceituar documento como sendo todos aqueles traços que permanecem da atividade humana ou do pensamento humano. E é nesse sentido, inclusive, que se considera o problema das *fontes* para o conhecimento da história: por intermédio dos documentos, que seriam esses testemunhos do pensamento e da atividade do homem. Na presente discussão considerarei esses testemunhos do ponto de vista do seu suporte físico. Dessa forma – por opção de tema – excluirei uma série de outros aspectos da cultura que não são expressos por intermédio de suportes físicos, por exemplo, todos aqueles traços do passado que sobrevivem em tradições, lendas, hábitos corporais, festas e outras cerimônias, em provérbios, na língua, etc.

É comum se distinguirem pelo menos duas categorias de documento como suporte de informação: documento voluntário e documento involuntário. É uma distinção que me parece um pouco dúbia e muito discutível. “Documento voluntário” seria o documento no seu sentido original, aquele que, no seu contexto primário, já teria por função própria ser suporte de informação. Seriam, então, objetos cuja função natural, que lhes dá existência, é registrar e conservar uma determinada informação.

Documento, segundo esse conceito, seria, então, uma certidão de nascimento, uma escritura de compra e venda, um texto de lei que se publica no Diário Oficial, a dedicatória que se inscreve numa lápide ou num monumento, uma ata de uma assembléia, uma crônica escrita e assim por diante.

Portanto, todos esses suportes materiais de informação seriam documentos por vocação inicial. O que explicaria a existência dessas coisas é o fato de elas se prestarem a registrar e conservar uma determinada informação. É claro que por causa dessa predominância de registro e de conservação de informação, por natureza própria, há uma predominância dos registros escritos. Por essa razão, na própria pesquisa histórica, quase se confundiu a palavra “documento” com “fonte textual”. Documento passou a ter a conotação arquivística de suporte físico que, por intermédio da escrita, registra e conserva uma certa informação. Às vezes se admitiam, paralelamente, outras formas de suporte, que não fossem escritas, como por exemplo, o campo da imagem e a iconografia. Mas sempre com uma função secundária, quase que ilustrativa, da função básica fornecida pelo texto.

Ao inverso dos documentos voluntários, os “involuntários” seriam aqueles que não tivessem como função primária registrar e conservar informação, mas que, apesar disso, poderiam convenientemente também fornecer uma certa carga de informação. Seriam coisas que, por sua própria precariedade, não conseguiriam conservar adequadamente e completamente uma informação, mesmo que possam registrá-la. Por exemplo, uma carta, que esgota normalmente sua função uma vez que o receptor receba a mensagem transmitida. Mas essa informação forçosamente não é conservada. Também é o caso de um texto narrativo de ficção, que por destinação primária, não tem a mesma função que um papel cartorário; no entanto, ele inclui uma série de outras informações relativas a todo um vasto contexto. É ainda o problema de uma série de outros objetos da vida corrente: uma receita médica que também pode dar toda uma visão a respeito de uma determinada situação sanitária, da prática médica, da noção de doença, de aspectos sócio-econômicos dos problemas da saúde e assim por diante.

E aqui há uma nova categoria que, aos poucos, vai-se ampliando quanto a esta função informativa: são os objetos, as coisas físicas. Todo tipo de artefato, tudo que é resultado da ação do homem sobre a realidade física: artefatos desde os utensílios até as estruturas de todo tipo e, inclusive, as paisagens, na medida em que elas são alteradas pela ação humana e apropriadas culturalmente. Hoje em dia se vem reconhecendo cada vez mais ao objeto sua função de documento, ainda que a predominância dos textos seja inquestionável.

A subdivisão de documentos em voluntários e involuntários, porém, como foi dito, é ambígua e deve ser revista. Com efeito, mesmo que a informação do documento voluntário seja a sua destinação primária ela sempre ultrapassa o alcance “voluntariamente” estabelecido. Um atestado de óbito, por exemplo, tem por função primária, voluntária, reconhecer formalmente que o indivíduo deixou de pertencer, fisicamente, ao corpo social. E isso precisa ser registrado de maneira não só científica, mas administrativamente correta. Por quê? Por que produz efeitos. Os efeitos todos não estão embutidos nas funções primárias do documento, mas eles extravasam esta destinação inicial: eu posso, por exemplo, extrair de um atestado de óbito uma série de informações relativas à demografia, a condições de salubridade, a direitos e obrigações precisamente provocados pela morte do indivíduo. Isto é, vem à tona todo um sistema, acionado a partir do momento em que o indivíduo deixa o corpo social, e a maneira de registrá-lo como um dado capital de informação que não faz parte da informação que esse documento pretendia registrar, mas que está nele embutida. Ainda por exemplo é também o que sucede com um documento legal. Um texto de lei que regule, por exemplo, um certo tipo de contrato, registra informação sobre a natureza de um pacto entre duas partes, os direitos e obrigações dele decorrentes, as situações novas que se instauram, as condições e sanções do rompimento, etc., etc. No entanto, a informação que este mesmo documento pode oferecer-me vai muito além do âmbito *original* (que dá origem ao próprio documento). Assim, interrogado esse texto de lei, posso chegar a conhecer quais são as áreas que interessa à sociedade regulamentar e como. Posso conhecer todo um mecanismo segundo o qual uma sociedade se auto-regulamenta e sobretudo o problema do exercício do poder, enfim os lugares do poder, analisando o registro num texto de lei cuja função primária não era dar informação sobre todas essas questões. Trata-se de informações que, mesmo não estando previstas, estão embutidas num certo suporte físico.

Com isso já se pode fazer uma importante afirmação: é só em função de terceiros que existem condições para que alguma coisa se chame documento, exerça função de documento, sirva de suporte de informação, independentemente de um propósito original deliberado de informar sobre certo assunto.

Assim, poderemos ter objetos que só serão documentos, em última análise, fora do seu “sistema” próprio. Isto é, somente na perspectiva do observador externo é que ele ganha o seu sentido documental e que um objeto se transforma em documento ou deixa de ser simples objeto e passa a pertencer a uma categoria específica de objetos: os documentos.

Nessas condições, o documento vem a ser um objeto (minha referência aqui será considerada sempre física) que se exclui do seu contexto cultural original, com as significações próprias desse contexto em que foi gerado, e que se introduz no *meu contexto cultural*. É nessa translação de contexto que o objeto ganha a natureza de documento e sempre como suporte físico de informação. Esta sala, por exemplo, é receptáculo de uma série de objetos: microfones, mesas, cadeiras, luminárias, uma certa estruturação do espaço físico e assim por diante. Isso tudo são objetos que existem em função de determinados objetivos utilitários. Estas funções incluem também conteúdos

simbólicos, mas de qualquer maneira são as funções imediatas que explicam a natureza e a presença desses objetos neste espaço. Não podemos, entretanto, chamar de documentos a nenhum desses objetos, salvo, justamente, se a estas funções primárias de cada um desses objetos se sobreponha a de fornecer informações. É claro que eu posso usar cada um desses objetos como documento, mas isso significa que eu estaria alterando a própria natureza primária desses objetos.

Para explicitar melhor o problema, darei dois exemplos de situações-limite: a da Arqueologia e a dos museus e coleções.

A Arqueologia pretende ser um estudo de sistemas sócio-culturais. Não é estudo de objetos, de coisas, mas da estrutura e funcionamento das sociedades. Trata-se, porém, em geral, de sociedades cujo ciclo de vida se encerrou e, em geral, de sociedades iletradas, sociedades que não tinham registros escritos. O acesso a esse sistema sócio-cultural se dá, então, por intermédio das coisas físicas, dos restos materiais que esses sistemas sócio-culturais *em funcionamento* deixaram.

Os artefatos, então, e seus contextos (meio-ambiente) – num caso como no outro, coisas físicas – é que servem de suporte de informação que eu vou recuperar, reorganizar e interpretar para, através dessa informação, chegar ao entendimento dos sistemas sócio-culturais. Qual é o tipo preponderante desses restos físicos que encontro em Arqueologia? Já que se trata de sistemas sócio-culturais com ciclo encerrado, esse material é geralmente de duas naturezas: ou lixo ou material funerário. Tanto num caso como noutro, trata-se de coisas, de situação, de rejeitos, quer dos objetos, quer dos próprios agentes culturais. Só faz parte da documentação arqueológica aquilo que saiu realmente do ciclo da cultura, enquanto coisa viva: lixo-coisa, lixo-gente. Essa exclusão é que faz com que essas coisas físicas sejam, para mim, documento. A função do arqueólogo, dessa forma, é partir do *documento* para chegar ao objeto. O que ele tem diante de si são documentos, ex-objetos de um circuito cultural que não é o seu. Deve o arqueólogo então procurar diminuir a distância que existe entre o registro, o contexto de conservação, de informação, de um lado e, de outro, a vida cultural e o ciclo cultural. Deve, portanto, é re-introduzir, conceitualmente, o *documento* no ciclo vital do *objeto*, “desdocumentar” o documento. Eliminar seu caráter documental, que só existe com relação a terceiros, e de novo projetá-lo no ciclo vital da atividade cultural em que ele é um objeto com funções determinadas pelo seu sistema cultural e não pelo observador externo, que é o arqueólogo. Se parto do lixo, que é rejeito, é para entender o consumo, a distribuição, a conservação, a fabricação, a aquisição da matéria-prima. Então, é um caminho inverso da vida do artefato que o arqueólogo deve traçar para estabelecer esse ciclo de atividade viva, de coisa viva, inclusive levando em conta as reciclagens, que são os novos ciclos dentro de um mesmo sistema.

O outro exemplo mencionado é o das coleções e dos museus. Nas coleções, justamente, tem-se o esvaziamento total das funções originais das coisas, de maneira que, por exemplo, um tapete deixa de ser uma cobertura de solo, uma arma deixa de ser um artefato de ataque e defesa, em suma, um vaso deixa de ser um vaso, um relógio deixa de ser um relógio e tudo isso se transforma em “objetos de coleção”. O museu é o lugar privilegiado em que esse esvaziamento se institucionaliza, em que se promove essa espécie de exílio do objeto do seu campo próprio, em que se dá, vamos dizer, essa alienação das coisas. É preciso, pois, ter em mente que transformar um objeto em documento é quase sempre uma violência feita à sua natureza original de objeto. Por que quase sempre? A primeira porque essa violência é muitas vezes necessária. Isto é, as coisas, os objetos, os fenômenos, os fatos, os homens, etc., todos estes componentes da vida social, são e devem ser sempre um objeto de confronto, de questionamento, de leituras. Transformar, então, um objeto em documento é fazer uma leitura que é apenas

diferente da leitura que já faziam aqueles que fabricaram e usaram, em outros contextos, essas mesmas coisas. O desvio existe a partir do momento em que a minha leitura é redutora, isto é, anula e neutraliza as outras leituras todas, inclusive as leituras do contexto original de produção e consumo desses objetos. Há sempre, portanto, uma violência virtual quando se considera alguma coisa como documento, mas não uma violência total, que só se manifesta quando a minha transformação de coisa em documento esvazia todos os outros possíveis conteúdos de significação do objeto e principalmente aqueles associados à sua origem como coisa física.

O terceiro problema proposto é um paradoxo que decorre do que acaba de ser dito e dessa noção de documento como vetor físico de informação. Como praticamente todo objeto, coisa física, pode ser suporte de informação, eu teria a concluir que tudo é documento. É uma questão análoga que alguns historiadores levantaram dizendo que tudo é história, tudo aquilo que diz respeito ao homem, à sua atividade, é história. [Então, o que é histórico? Histórico é tudo que diz respeito ao homem, tudo que diz respeito à história] **ACHO QUE DEVE SER EXCLUÍDO**. No fundo são falsas questões, porque aí há critérios de relevância que devem ser aplicados. Estudando, por exemplo, o problema do fato histórico, Raymond Aron dizia ser legítimo considerar fato histórico, não qualquer fato associável ao homem e às suas atividades, mas apenas aqueles fatos que são capazes de produzir conseqüências. Eles têm um caráter motriz, capacidade de colocar coisas em movimento e, portanto, um caráter matriz, de gerar realidades novas. E o historiador Paul Veyne, que também levantou essa questão da possibilidade de tudo ser histórico, respondia dizendo: é histórico, afinal, aquilo que não é nem universal nem singular, isto é, o que não se situa nos dois extremos. O da universalidade seria a homogeneidade total, absoluta. Se todas as coisas fossem absolutamente iguais, idênticas a si próprias, não existiria história. Mas se também todas as coisas fossem absolutamente irrepetíveis, absolutamente singulares, absolutamente únicas, também não haveria história. Haveria uma heterogeneidade irreduzível. Histórico é exatamente aquilo que fica no espaço intermediário entre o que é universal e o que é singular. Entre a homogeneidade absoluta e a heterogeneidade irreduzível. Portanto, é através da diferença que existe história. É a *dialética da diferença*, e dialética implica, justamente, o movimento. Então, o que é relevante para instaurar a diferença num quadro de processo, eis o que é histórico. Em última análise, é aquilo que é capaz de acarretar mudança. A mudança é que é a substância da história.

Da mesma forma, podemos concluir que nem todas as coisas passíveis de carrear informações são documentos. Nem tudo, pois, é documento. É apenas o suporte da informação relevante, daquela informação que me ensina algo sobre os mecanismos por intermédio dos quais uma sociedade se organiza a si própria, age e, sobretudo, se transforma. Sociedade como produto da ação humana e, portanto, as formas segundo as quais o homem continuamente cria e recria sua realidade: documento, essencialmente, é apenas o que me permite chegar a esse conhecimento.

O quarto problema é o do documento como suporte de um tipo específico de informação, de natureza relacional. Isto é, a informação que o documento me dá é, sobretudo, informação relativa à relação entre homens. Antes de mais nada porque o suporte dessa informação é um objeto. Ora, os objetos são *produtos* da ação humana e *vetores* da ação humana. Nem que fosse por esta razão, todo e qualquer objeto é sempre repositório de uma informação sobre *relações* entre os homens. Eu diria até mesmo que, em última análise, pode-se considerar o artefato, o objeto, como uma espécie de resíduo físico das relações sociais.

Eu gostaria, aliás, a esse respeito, de fazer um pequeno exercício. Não é, absolutamente, uma análise, é um mero exercício. Uma caneta esferográfica é um

artefato. É um objeto fabricado pelo homem, que encerra vários níveis de informação, mas o dominante é o problema das relações entre os homens. Convém examinar três aspectos: tecnológicos, morfológicos e funcionais (que incluem tanto as funções utilitárias como as funções simbólicas). Sob o aspecto tecnológico, eu desmonto essa caneta e o primeiro ponto que me chama a atenção é a heterogeneidade da forma, o que significa ter eu diante de mim um artefato decomponível, desmembrável em unidades autônomas, mas que se articulam entre si. Essa heterogeneidade de partes articuladas também vai de par com a heterogeneidade da matéria-prima: metal, plástico, uma solução química. A multiplicação de formas, que corresponde a uma multiplicação de matérias-primas, significa uma complexidade do artefato que vai levar-me, imediatamente, a pressupor heterogeneidade, diversificação e complexidade em níveis relacionais. Mencionarei um só problema. Essa diversidade de matérias-primas significa todo um quadro extremamente complexo de relações comerciais e basta lembrar, por exemplo, que o plástico é derivado do petróleo e se entender como, através do exame dessa caneta, eu seria levado a examinar até alguns aspectos da dependência econômica. Aspectos morfológicos são ainda mais ricos de informação nesse sentido, pois a característica da articulação significa decomposição de operações. Há unidades diferentes de operação na fabricação desse artefato, que a forma indica. Unidades de operação significando, portanto, um certo tipo de divisão social do trabalho. A diversificação da matéria-prima também leva à mesma direção, porque, inclusive, o processamento dessa matéria-prima é altamente especializado: não se trata o metal da mesma forma que a solução química ou o plástico. As qualificações necessárias para o desenvolvimento de cada uma dessas unidades operativas na fabricação desse artefato articulado são diferentes. Por outro lado, a regularidade das formas, a superfície absolutamente lisa, em algumas partes, ou a superfície regularmente canelada em outras, indica procedimentos que não são manuais. Essas unidades de operação são todas elas mecanizadas e eu posso estabelecer como inferência não só a produção mecânica, mas, também, a linha de produção – produção em série – de massa. Estou aqui em pleno terreno relacional: aspectos de organização da ação humana, divisão social do trabalho, fragmentação nas operações de fabricação de um artefato. Se eu examinar agora os aspectos funcionais, vou também extrair informações nesse mesmo sentido, desembocar nos aspectos relacionais. Por exemplo, as funções utilitárias revelam uma convergência de todos esses aspectos morfológicos, etc., para uma função que é transmitir a uma ponta a carga química que se encontra dentro do artefato e protegida por uma carapaça externa. Além do mais, o mecanismo retrátil faz com que essa ponta apareça e desapareça e, uma vez que ela aparece, posso executar um traço gráfico (a solução química é composta de pigmentos), com vazão regulada. Em outras palavras, isto é uma caneta e serve para escrever. Vimos, porém, uma série de outras características desse artefato que teríamos que associar a esta função de notação gráfica, como, por exemplo, certas características morfológicas e em especial aquelas que indicam portabilidade (observar o peso e o gancho na tampa). Relacionando, assim, a função de notação gráfica com as de caráter portátil do artefato e, mais ainda, com as condições de produção industrializada em massa, chego a questões importantes de nível relacional: a significação da escrita como função importante na comunicação nessa sociedade que a produziu e que dela necessita a todo instante. Tenho, assim, pistas para entender, nessa sociedade em que a escrita é tão importante, o caráter de comunicação intermediada e a necessidade de registro. Posso, assim, inferir que as relações entre os homens passam por uma série de canais característicos de uma sociedade fragmentada, o que implica hierarquização, formas de dominação, por exemplo. A escrita, onipresente, numa sociedade fragmentada, supõe também que o registro escrito tenha, entre suas funções

prioritárias, assegurar a distribuição de direitos e obrigações. Inúmeras outras questões poderiam, ainda, ser levantadas, como a durabilidade do artefato, da carga, sua possibilidade ou não de reciclagem, etc. Ainda mencionarei, aqui, rapidamente, os aspectos de função no nível simbólico, semiológico: aspectos de desenho industrial, de forma estética, de percepções formais, etc., que poderiam, igualmente, fornecer informações relativas a gosto, moda, *status* e questões equivalentes.

O que se vê, então é que, tanto no nível das informações funcionais, quanto das informações tecnológicas e morfológicas, termino sempre por desembocar no mundo das relações sociais. Penso estar agora esclarecida a afirmação de que, em última análise, um artefato é sempre um resíduo material (resíduo porque ele não expressa a totalidade do fenômeno) das relações sociais. Esta caneta é, portanto, um resíduo fossilizado, cristalizado, congelado materialmente, das formas segundo as quais se organizavam os homens que a produziram e utilizaram.

O quinto problema geral relativo ao documento e ao artefato é um aspecto deste sentido relacional. Trata-se de um tipo específico de relação que eu diria ser não só a relação entre um observador e os demais indivíduos, mas entre um observador e outras ordens de realidade. São relações que não se esgotam no nível da curiosidade, do conhecimento científico, por exemplo, mas têm raízes em camadas existenciais do homem. Daí, inclusive, um certo fascínio que os artefatos podem provocar, principalmente os objetos antigos, porque eles se referem a um mundo que não é o meu, quer dizer, um mundo de uma coisa outra, um mundo do outro, o mundo da “alteridade”, diverso da minha experiência. Isso decorre de uma percepção fundamental do universo, ao mesmo tempo como algo de unitário e como coisa fragmentada. Minha percepção me dá um mundo concomitantemente uno e múltiplo, que eu consigo aprisionar dentro de certos eixos e que já não sou mais capaz de digerir, porque ele se fragmenta em aspectos múltiplos e diferenciados. Dentro deste quadro de percepção, do uno e do múltiplo, eu me percebo como um ponto, numa teia extremamente complexa. Percebo, também, a instabilidade da minha posição: as coisas mudam, o tempo desagrega, não há estabilidade, tudo é movediço e precário, a morte é um fato corriqueiro e inelutável. É então nesse quadro de percepção e de mudança, de instabilidade, de percepção de que eu e meu cotidiano e aquilo que conheço – a minha existência – não são senão uma parcela ínfima e limitada do que existe, é desse contexto que emerge o problema do invisível que, ele sim, é ilimitado por definição. Dentro do quadro de oposição entre visível e invisível é que se afirma a função do objeto da qual deriva o já aludido fascínio que ele pode exercer. É dentro do visível, considerado como sendo o quintal da minha experiência, por oposição a todas as experiências que são possíveis mas estão fora de meu ângulo de visão, que se insere a função de certos objetos, capazes de mediação entre o mundo ilimitado (do invisível) e o mundo limitado do meu cotidiano e da minha visibilidade.

É nesse nível visual de transferência do invisível para o visível que se encontra uma das principais funções desempenhadas pelo artefato, pelo objeto, pelo documento. Esse invisível, pela sua extensão, é considerado não só superior ao meu visível, mas por ser superior, pode transformar-se em matriz, fonte, núcleo gerador do visível.

Num estudo extremamente interessante sobre estas questões e a significação das coleções, Krystoff Pomian acentua as funções visuais exatamente como ponto central, e os objetos como o canal de comunicação entre o visível e o invisível. Juntam-se objetos, formam-se coleções e o uso concreto que se faz do resultado é a mera contemplação, o consumo visual. Pomian considerou tal problema em diversas categorias de coleções, por exemplo, os contextos funerários, as ofertas votivas, os tesouros reais, os museus, as coleções públicas e privadas, e em todas elas observou exatamente a predominância das

funções visuais. Esses objetos, então, são segregados daquilo que chamei de seus ciclos vitais, das funções primárias, e são colocados em exibição, para uma fruição puramente visual. São coisas fora do circuito. Mas tirar alguma coisa fora de circuito é estabelecer uma troca. Qual a troca que se dá aqui? É justamente a do visível pelo invisível. O invisível é tudo aquilo que está longe do meu espaço, quer esteja acima, quer abaixo (espaço físico, geográfico, social, cultural, espaço do meu tempo, do tempo passado ou futuro, ou, mesmo, do que não está nem no passado nem no futuro, mas na eternidade). Invisível, então, é tudo aquilo que realmente não está associado à minha experiência concreta, direta. Ora, o instrumento que secreta o invisível, por excelência, é a linguagem, que é responsável pela formação da cultura. É a linguagem que é o mecanismo de exercício da memória. Sem a memória não existiria a vida humana. Sem memória, toda atividade humana seria uma experiência a cada momento recomeçada e os comportamentos estariam embutidos previamente no equipamento biológico do homem. A memória, porém, assegura que toda ação humana seja permeada pelas experiências anteriores. Não existe ação humana puramente como resposta a um impulso externo. Em toda resposta que o homem dá existe a presença das experiências anteriores, a ação da memória. Toda ação humana é uma ação com carga de memória e se não houvesse memória, a cultura não seria possível. A linguagem é uma forma de comunicação articulada da memória. Fica evidente, assim, porque a linguagem desempenha esse papel de secretação do invisível, estabelecendo linhas de continuidade. A linguagem responde às necessidades de assegurar, pela comunicação, a associação das gerações e a continuidade cultural da espécie biológica do homem.

Acontece, entretanto, que só a linguagem não basta, verbal ou gestual. Ela não é suficiente porque pode ser deteriorada pelo erro, pela má fé, pode ser mentirosa, errônea ou arbitrária. Então, é preciso que a linguagem seja validada, seja caucionada por outros recursos. Aí entram as coisas físicas, os objetos. Junto com a linguagem e dando validade à linguagem, o objeto, que não pode ser errôneo, que não pode ser mentiroso nem arbitrário (embora meu discurso sobre ele possa desfigurá-lo), serve de caução para a linguagem, nessa função de articulação da memória, de ligação do visível ao invisível.

Nessa perspectiva, os objetos considerados documentos, os objetos “antigos”, “históricos”, são dotados de uma significação especial, que faz com que eles representem o invisível. É por isso que eles não são mais manipuláveis, esvaziados das suas funções utilitárias. E é por isso que eles são, prioritariamente, expostos ao olhar.

Pomian chama a esses objetos, excepcionalmente dotados para o exercício desta função, de “semióforos”, isto é, “portadores de sentido”. Numa linha semelhante, Jean Baudrillard demonstra como o homem não fica à vontade num meio que seja exclusivamente funcional, se o seu contexto for composto por objetos apenas utilitários. Diz ele:

“O homem não se sente em casa num meio funcional, ele tem necessidade de uma espécie de ‘lasca de lenha da verdadeira cruz’, uma espécie de relíquia do lenho sagrado, que santificava as igrejas primitivas. Tem necessidade de alguma coisa como um talismã, um pomenor, uma porção da realidade absoluta que esteja no coração do real, encaixado no real para justificar esse mesmo real. E assim é que funciona o objeto antigo, que reveste sempre no seio do ambiente um valor de embrião, de célula matriz. Através dele, através do objeto antigo, o ser disperso se identifica à sua situação original, à situação ideal do embrião e involui para a situação microscópica e central do ser antes do seu nascimento. Esses objetos fetichizados não são, portanto, acessórios nem somente signos culturais entre outros. Eles simbolizam uma transcendência interior, o fantasma de um coração



de realidade, do qual vive toda consciência mitológica, toda consciência individual”<sup>2</sup>.

Se examinarmos os critérios de validade de um objeto utilitário, temos de concluir que é a eficácia. Se, dentro dessa linha de idéias, examinarmos os critérios de validade de um objeto antigo, de um documento, de uma coisa histórica, é a *plenitude*, isto é, o bom objeto utilitário é aquele que é eficiente; o bom objeto histórico é aquele que é capaz de se apresentar como sendo alguma coisa de acabada, pronta, plena. Um artefato antigo não é algo ao qual se possa ainda acrescentar alguma coisa. Ele já se perfez, já se fez inteiramente. Qualquer acréscimo é externo à sua própria realidade. Ele é invulnerável por causa disto. Não está sujeito à degradação a que eu, por exemplo, como um ser em trânsito, estou. O objeto histórico, não. Ele está terminado na sua própria finalidade e realidade física. É um ser definido, imune à mudança, invulnerável. Está no presente, mas como já tendo existido e permanecido. Não se pode dizer que os objetos históricos que, por exemplo, circulam entre nós sejam apenas sobrevivência de uma ordem tradicional e simbólica, testemunho nostálgico de um passado, sinais de anacronismo, caminhos de evasão. Não é isso que é o objeto histórico, justamente porque ele faz parte de nossa *modernidade*. Ele também está introduzido no nosso sistema. O objeto antigo se dá assim como um mito de origem, dentro de nosso sistema, diz ainda Baudrillard. Nosso sistema não apresenta muitas possibilidades de mitos de origem, mas os objetos históricos lhe dão uma delas. É por isso que eles se apresentam como uma espécie de revelação mítica de nascimento, de origem, de fundação, de princípio e é sabido que todas as legitimações, justificações, validações, não costumam dispensar referências às origens. É a origem que determina, não só o futuro das coisas e não só o começo delas, mas a realidade *exemplar* das coisas. A origem não é o ponto de partida, mas de chegada que, depois, vai-se degradar no tempo. Falar de objeto histórico, na nossa sociedade, é também buscar fora dela, fora daquilo que ela própria fornece, a origem e o fundamento das coisas como validação para uma certa configuração sócio-cultural. Então, em última análise, o que se tem é o seguinte: aquilo que falta ao homem ele investe no objeto. Aquilo que o homem é incapaz de ser, ele procura nos elementos externos à sua própria realidade imediata, para garantir a invulnerabilidade, a permanência, a legitimação de sua ação. O objeto (que para essa função é eficiente) vai, em lugar dele, preencher esses vazios. Daí o fascínio, já mencionado. O papel do exótico e, em suma, do diferente.

As duas últimas questões com relação à natureza do documento são, talvez, um pouco mais simples. A primeira é o fato de que se tem, no caso do objeto histórico, do documento histórico, o esvaziamento completo de seu valor de uso: o objeto histórico não é mais normalmente manipulável segundo suas características morfológicas e funcionais. Ele não tem mais um uso que se explique na manutenção daquelas funções para as quais foi projetado e produzido. Esse esvaziamento de seu valor de uso, entretanto, não significa que ele não tenha valor. Pelo contrário, basta examinar o cuidado com que se cercam tais objetos e sua inserção num mercado em que eles são

---

<sup>2</sup> “O homem não se acha ‘em casa’ no meio funcional, ele tem necessidade, como se tinha da lasca de madeira do Santo Lenho que santificava a igreja, de um talismã, de um detalhe de realidade absoluta e que esteja no coração do real, inserido no real para o justificar. Tal é o objeto antigo que se reveste sempre, no seio do meio ambiente, de um valor de célula-mãe. Através dele o ser disperso se identifica com a situação original e ideal do embrião, involui para a situação microcômica e central do ser antes do seu nascimento. Estes objetos fetichizados pois não são nem acessórios nem simplesmente signos culturais entre outros: simbolizam uma transcendência interior, o fantasma de um núcleo de realidade de que vive toda a consciência mitológica e individual (...)”. Jean Baudrillard. O sistema dos objetos. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 87.

artigos de alto preço. É, pois, uma relação inversa a que se estabelece entre valor de uso e valor de troca de um objeto histórico. Quanto mais “documento” for um objeto, mais esvaziado ele se torna de seu valor de uso e mais acrescido é seu valor de troca. Ora, na coleção se dá o esvaziamento total e absoluto das funções de uso de um artefato. Mesmo um objeto de arte, que eventualmente pudesse servir para decorar um ambiente, tem, na coleção, eliminada até essa função decorativa. Isto significa que estamos aqui naquele jogo das prestações sociais de que falava Marcel Mauss e próximos de algumas instituições como o “potlatch”, cujos contextos e funções são diversos, mas que também implica num esvaziamento do valor de uso dos objetos que pode chegar à sua destruição física; com isto, porém, o proprietário tem, como retorno, o prestígio. Estes mecanismos de prestações e contra-prestações é que intervêm na coleção, no armazenamento de documentos históricos. O objeto histórico é retirado de seu circuito econômico original e, por isso mesmo, tem seu valor de uso drenado, enquanto sobe seu valor de troca. Essa retirada do circuito econômico precisamente traz contrapartida no quadro das relações sociais. É dentro desse quadro que o objeto histórico funciona como instrumento de determinação de *status*, de prestígio. Há casos, entretanto, em que pode haver o decréscimo do valor de uso e, ao mesmo tempo, também do valor de troca. São aqueles em que outras pressões se desenvolveram antes que intervisse esse sistema de prestações e contra-prestações. Assim, na especulação imobiliária, em que o baixo valor de uso de um edifício antigo, por exemplo, raramente consegue fundamentar, nos mecanismos simbólicos, um valor de troca que se contraponha ao elevado valor de troca do terreno: o edifício é então posto abaixo e seu espaço é recuperado.

Há, finalmente, um último aspecto do documento (objeto) a ser discutido. É algo sobre o objeto (documento) como suporte de relação, como já se viu. Agora, porém, eu desejaria especificar melhor uma face da relação, que é a do trabalho. Trata-se do trabalho inscrito no objeto, do objeto como produto do trabalho humano. Permito-me retomar, aqui, parte das considerações com que apresentei, ao CONDEPHAAT, justificção para o tombamento da cidade de Iporanga, entre outros motivos por seu “valor histórico”. Em Iporanga encontra-se, ainda, a presença de seu passado, que remonta ao século XVIII. O valor histórico, contudo, não representa apenas anos passados: 10, 50 anos, um século, vários séculos. Não se trata de tentar prolongar testemunhos de épocas que não voltam mais. Trata-se, essencialmente, de considerar o passado como produto de um trabalho passado. O que existe em Iporanga, de épocas passadas, me toca porque eu tiro ainda benefício do esforço e labor dos que aí vieram antes de mim e aí ergueram as suas casas, construíram a Igreja, traçaram as praças, plantaram os jardins e as hortas e os campos, fabricaram os equipamentos e objetos necessários para a sua atividade cotidiana e seu relacionamento uns com os outros. É só o trabalho que constrói a realidade e a história outra coisa não é senão o fruto do trabalho do homem. Por isso mesmo, não é coincidência que só exista respeito pelo patrimônio histórico quando também existe respeito pelo trabalho do homem. O resultado desse trabalho ao longo do tempo, três séculos, foi dar a Iporanga fisionomia própria, uma cara que é sua, não uma cara feita em série, estereotipada, como uma salsicha, homogeneizada, massificada, mas uma “cara feita à mão”, uma “cara própria”.

Lembro, ainda, para terminar, uma obra que trata de memórias de velhos e em que Ecléa Bosi recapturou a memória de cinco ou seis velhos na cidade de São Paulo e depois as inseriu num quadro de memória social. E descobriu que o eixo de conclusão das biografias em última análise, era a memória do trabalho. Ela termina seu livro com o seguinte trecho, que acredito importante citar:

“A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia. Quando o Sr. Amadeu (um dos entrevistados) fecha a história de sua vida, qual é o conselho que dá? De tolerância para com os velhos, tolerância mesmo com aqueles que se transviaram na juventude. ‘Eles também trabalharam’.”<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Eclea Bosi. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 (7ª edição), p. 481.